

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imprensa, cultura e política: 1964 em *O Progresso*

Suzana Arakaki¹

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo analisar o papel da imprensa local durante o período do golpe de 64. A exemplo da imprensa nacional, os jornais locais tiveram importante papel na condução e legitimação do golpe civil militar que culminou com a renúncia de João Goulart da presidência da república. As particularidades locais conduzem para as ligações político-partidárias dos proprietários das empresas jornalísticas e de seus interesses. De defensor ardoroso dos primeiros momentos, logo após o golpe a imprensa decretava a “morte da revolução”. As interpretações levam a leituras diversas, como uma provável resistência ao golpe. A opinião dos jornais variou entre apoio e repúdio.

Palavras-chave: História local. Imprensa. Golpe de 64.

Abstract: This work has by objective to analyse the paper of local press during the military action in Brazil 1964. Like the national press, local newspaper had a important paper at the conduction and legitimation at the action what made João Goulart out of the power. The local desires get the conection between politics an personal interestings: defender of the military action to enemy. The interpretations get a variables.

Keywords: Local history. Press. Military action 1964.

Nos anos 60, o fantasma do comunismo era visto em toda parte. Na constituição do imaginário de temor, os meios de comunicação tiveram papel significativo. A imprensa de modo geral contribuiu para a disseminação da idéia do perigo comunista no país. Havia uma campanha anticomunista e antijanguista naquele momento.

Foi em torno da oposição entre o "comunismo" e a “democracia”, no contexto da Guerra Fria, que se articulou a propaganda ideológica dos anos 50 e 60. Para Fiorin, o:

[...] discurso “revolucionário, o movimento de 64 visa a salvar a democracia, a salvaguardar a unidade nacional, a defender a pátria do comunismo e a desenvolver o país pela elevação do nível material, moral, educacional e político de seu povo, dentro da estabilidade e da ordem (FIORIN, 1988, p. 68).

Com base nesse entendimento, a sociedade em geral posicionou-se favorável ao golpe militar de 64. Os meios de comunicação foram fundamentais no processo de manipular certos valores e idéias a um público amplo, com intenção de influenciar a opinião pública a serviço de certas elites.

¹ Professora assistente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Marilena Chauí explica a generalização e aceitação do discurso ideológico entre as diversas camadas sociais, a partir da imposição de uma determinada classe: a dominante. Porque saídas das camadas dominantes é que ganharam força e se transformaram em idéias dominantes:

[...] porque as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante da época, o ponto final da ideologia está necessariamente inscrito no movimento que a constitui, isto é, o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade das classes (CHAUÍ, 1981. p. 27).

Com poucas exceções, os meios de comunicação, identificavam o governo João Goulart com os ideais comunistas. Realizavam intensa propaganda de oposição. A imprensa nacional, rádios, televisões e jornais estavam contra o presidente Goulart, com algumas exceções, entre as quais, o jornal *Última Hora* (AQUINO, 1979, p. 38). Com discursos moralistas, condenavam as reformas propostas pelo governo e a maioria de seus atos políticos. A campanha anticomunista e a propaganda difamatória contra a pessoa de Goulart foram significativas para conseguir com que as classes médias saíssem às ruas e provocassem a renúncia de João Goulart da presidência.

As empresas jornalísticas geralmente pertencem a pessoas ou grupos privados e suas publicações, nos trabalhos jornalísticos traduzem os interesses aos quais o jornal está vinculado. No caso da imprensa local, principalmente no período estudado, é provável que o principal objetivo de seus proprietários não fosse o retorno financeiro, apesar de inúmeros anúncios publicitários. Uma de suas razões de ser resume-se, ao nosso ver, numa forma de carrear dividendos eleitorais ao político proprietário do jornal.

Apesar de considerarmos os jornais locais como sendo de pequeno porte, isto não diminui sua importância para os estudos históricos. Capelato considera que:

[...] os pequenos jornais que expressam reivindicações específicas de determinados grupos sócio-políticos são muito importantes para os estudos históricos. [...] Os títulos dos periódicos exprimiam o grupo do qual eram porta-voz ou os seus propósitos de luta.[...] A pequena imprensa de conteúdo sócio-político, literário ou de entretenimento em geral [...] representa um manancial de pesquisa dos mais significativos (CAPELATO, 1988. p 33).

Ao analisar a história da imprensa local, devemos situá-la como entidade participante da vida política da cidade, na medida em que essa imprensa serviu de instrumento para *conquistar corações e mentes*. Compreender a ideologia presente na imprensa local leva-nos a refletir sobre as relações de poder que tecem o cotidiano, desvendando as representações simbólicas de suas mensagens.

O Progresso é uma empresa familiar. O nome do jornal, *O PROGRESSO*, *pensamento e ação por uma vida melhor*, expressa a crença e a ideologia de seus proprietários. Desde a primeira edição, o jornal revelou-se um incentivador do desenvolvimento da região, especialmente de Dourados.

Considerando-se que os donos do periódico analisado eram políticos atuantes, torna-se mais fácil compreender os rumos editoriais adotados pelo mesmo jornal, durante o regime militar, bem como no período anterior ao golpe de 64.

Analisamos os jornais considerando a articulação entre texto produzido e o contexto de sua produção, o que é fundamental para compreendermos o sentido das mensagens e seu caráter ideológico. Tentar interpretar o sentido das imagens dos jornais, naquele momento histórico é contribuir para verificar o poder da imprensa e o papel da ideologia nas sociedades modernas.

O Progresso inicia 1964 com matéria de primeira página, prenunciando o ano como sombrio e catastrófico. Reclamando de preço de produtos como cigarro, bebidas e passagens rodoviárias intermunicipais, sugerindo que Dourados, governada por um prefeito do PTB, tornava-se uma “cidade de ninguém”, exposta a abusos, o que o jornal considera um absurdo, só praticado em face da inoperância das autoridades.

Em notas freqüentes o jornal anunciava um pessimismo que se generalizava no país e, por conseqüência, na cidade. Assuntos como inflação e “invasões” de terras de outros estados também figuravam no rol de prenúncios catastróficos do governo janguista”. No mesmo jornal, uma seção denominada “Meu Cantinho”, assinada por um indeterminado “eu”, veiculava a idéia de que o descontentamento era generalizado. Em nota, comenta a crônica de um radialista local, Jorge Antonio Salomão, que durante seu programa diário o locutor fez uma prece, concitando todos a rezarem pelo Brasil, pois que a situação era insustentável, que irmãos estavam brigando em Cascavel, no Paraná, por pedaços de terras.

Nesse quadro, ganharam destaque as questões de terra. Os movimentos agrários eram tratados como perigo eminente de caos no campo. Em meio a notícias diversas, sempre se encontravam pequenas notas sobre acontecimentos envolvendo posseiros e proprietários em outros estados do Brasil.

Notícias de conflitos entre posseiros e proprietários em outros estados era recorrente. Segundo *O Progresso*, as invasões e atos de vandalismos nas propriedades, estariam sendo incentivados pela Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA e pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, órgãos criados pelo governo de Jango. Todavia, esses ataques seriam repelidos pelo governo e pelas classes proprietárias.

Em letras garrafais, o jornal destaca um incidente em Minas Gerais, estado onde setores populares estariam se mobilizando contra a atuação dos órgãos subversivos. A Frente de Mobilização Popular – FMP, opôs-se ao comício realizado pela SUPRA, nas dependências de um órgão público estadual na cidade de Belo Horizonte. Destacando a humilhação que o movimento teria imposto a um membro do CGT quando este discursava, a reportagem faz alusão ao combate a essas forças que estariam promovendo desordens ao disseminar suas idéias subversivas.

O Progresso dava destaque às atividades das entidades camponesas e a SUPRA. Alertava que estava em andamento no Brasil o caos social, com invasões de propriedades particulares. Caos no campo e na cidade, caso as Reformas de Base de Jango fossem implantadas.

Em relação ao problema agrário naquele período, nas palavras do *O Progresso*, a solução não consistia simplesmente em desapropriar terras, este era um dos pontos demagógicos do Decreto da SUPRA. O jornal combatia a reforma agrária proposta pelo Governo, possuía uma outra visão de como deveria ser realizada. Segundo Weimar Torres, o governo deveria distribuir primeiro as terras do próprio governo, que eram muitas, antes de desapropriar terras produtivas, espalhando pânico entre os proprietários, causando prejuízos na economia do país.

Atrelado à questão da terra, também eram freqüentes nos jornais, matérias sobre a infiltração comunista em diversos estados brasileiros, principalmente no nordeste. As acusações feitas pelo jornal contra Goulart eram baseadas sempre nas mesmas temáticas: comunismo e desordem econômica. Quando os jornais se referiam a antidemocracia, era a doutrina comunista que estava em discussão. O jornal divulgava, constantemente, que o governo era subversivo e que expunha a nação ao perigo comunista. Era necessário que o povo acordasse para essa realidade antes que fosse tarde. A pregação anticomunista estava em pauta quase que diariamente. A iminência do perigo comunista foi amplamente alardeada nos jornais brasileiros.

A afirmativa mais freqüente encontrada nos jornais nacionais era a de que o governo atentava contra a democracia. O presidente João Goulart era apontado como o causador da instabilidade social e pelo clima de subversão no país. Não haveria paz se Jango permanecesse no governo (CAPELATO, 1988, p. 37).

Do mesmo modo, a propaganda anticomunista no Brasil também foi muito intensa. João Goulart era constantemente desqualificado pela imprensa, que não poupava adjetivos jocosos para ridicularizá-lo, ou demonstrar sua incapacidade de governar. Capelato

ao analisar o jornal *O Estado de São Paulo*, lembra que o mesmo posicionou-se contrário a João Goulart desde a posse. O jornal, segundo a autora, chamou de “covarde” a renúncia de Janio Quadros, o responsável

[...] pela queda do poder nas mãos do discípulo dileto do ditador morto (Vargas). A posse de Goulart estabeleceu uma batalha, a ser travada entre duas forças: “Desde então o conflito tornou-se inevitável e nele um dos contendores teria de sair liquidado. [...] A batalha travou-se entre duas forças: “De um lado as hostes revolucionárias, comandadas, doutrinadas e organizadas pelos adeptos do credo de Moscou; de outro os elementos ao serviço da democracia, cada vez mais conscientes do seu papel (CAPELATO: 1988, p. 54).

Goulart foi também acusado pela imprensa de não resolver os problemas econômicos do Brasil, de ser um incapaz de se definir politicamente. A idéia de que Jango era um indeciso, atribuía-se à sua política conciliatória, que procurava sempre manter o equilíbrio entre forças sindicais, militares e partidárias, optando por não tomar decisões que opusessem tais setores.

Embora não escrevessem claramente que o presidente pretendia implantar um regime comunista no Brasil, o perigo que isto pudesse vir a ocorrer era diariamente associado à “desordem” vista no Brasil, no caso das greves, das manifestações populares,” e que tais movimentos eram respaldados pelo presidente, que queria mostrar-se como salvador dos trabalhadores.

No auge da crise em 64, *O Progresso*, de tendência católica, conclamava os cristãos que não se conformassem com os acontecimentos, não deviam apoiar a baderna, a revolução, o caos, a injustiça. Assim, como oposição ao governo, o jornal tratou as greves como desordem interna, provocadas pelo desgoverno de Jango, não como um direito trabalhista e um ato de cidadania. O jornal destaca, na edição do dia oito de março, uma referência à fala do arcebispo de Brasília, Dom José Newton, sobre a realização de um congresso sindical na capital federal. Com o título “Não basta um anticomunismo passivo”, além de condenar a mera resistência ao comunismo, o bispo conclama todos a:

[...] uma ação positiva, que encare de frente e com sinceridade, sem interesses mesquinhos, nem apego a situações de privilégio econômico e social, a resolução de nossos problemas de ordem social. Enquanto os comunistas querem resolver esses problemas erroneamente, resolvamo-los nós cristãmente à luz das maravilhosas encíclicas sociais de nosso tempo (8 mar, 1964)

O jornal compartilhava da idéia de que o cristianismo era a única doutrina capaz de resolver os problemas sociais do Brasil, porque tirava do homem o egoísmo. Assim,

veiculava opiniões de autoridades eclesiais, da hierarquia católica, os quais apontavam que a solução para as dificuldades estava nos ensinamentos das encíclicas sociais da Igreja. Nesse período havia terminado o concílio Vaticano II.

Combateu politicamente o governo Goulart e foi a favor do golpe de 1964. Segundo o jornal, a preocupação maior daqueles que tramaram o golpe de 64 foi, sem dúvida alguma, a de resguardar o regime democrático vigente no país, e esse objetivo foi alcançado.

Um leitor mais atento, facilmente notaria a insinuação de completo descontrole da situação, sentida pelo próprio presidente ao solicitar tal autorização ao Congresso.

Nos últimos meses de 63, o clima de acusações era constante e cada vez mais colérico, como a manchete contra Leonel Brizola, que atacara o jornalista David Nasser. Com o título PALHAÇADA!!! o jornal relata episódio em que o deputado Leonel Brizola agrediu o jornalista no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Segundo o jornal, Brizola, que estava acompanhado de vários capangas, agrediu o jornalista pelas costas. Dupla covardia vez que, além de estar protegido por capangas, ainda agrediu pelas costas o jornalista, que assim se pronunciou: “[...] O episódio de há poucos instantes no Galeão serve para mostrar que espécie de gente está governando o Brasil”.

Juntando-se a outros órgãos da imprensa nacional, *O Progresso* também hipotecou solidariedade ao jornalista.

O Progresso interpretou o golpe de 64 como resultante da política demagógica de Jango, preocupada apenas em desestabilizar o país, transformando-o numa república sindicalista. Como a maioria da imprensa do estado e no restante do país, criou uma imagem muito negativa de Goulart, sempre o demonstrando como um comunista e baderneiro, na medida em que não coibia insubordinações internas. *O Progresso* justificou o golpe de 64 como um ato legítimo em defesa da democracia.

A manchete do dia 05 de abril de 1964, a primeira edição semanal após o golpe, em letras graúdas e em negrito, anunciou:

Jango Renuncia

O Sr. João Goulart, não resistindo a situação criada por ele mesmo, assinou no dia 1o de abril, na Guanabara, a sua renúncia à presidência da República, ensejada (sic) requisitando um avião da Varig e tomando rumo ignorado.

Na mesma página, uma outra nota noticiava a tomada do palácio do governo no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola e o III Exército e sua posterior rendição frente ao II Exército de São Paulo, que ocorreu ao sul para debelar a rebeldia sulina. E logo abaixo, a

notícia sobre a prisão de dois oficiais gaúchos que portavam a importância de um bilhão de cruzeiros.

O Progresso elaborou um discurso de legitimação ao golpe, expondo que os acontecimentos ocorridos depois de 31 de março de 1964 foram motivos de alegria, de otimismo e de orgulho para o povo brasileiro. Mencionou que as Forças Armadas, junto com a imprensa, com civis e com empresários reagiram à subversão dos princípios democráticos e dos valores espirituais. O golpe teria sido em nome da Constituição, da hierarquia e da paz social, portanto era legítimo. Doze dias após a renúncia de Jango, o jornal publicava sua primeira grande matéria sobre o fato. A chamada para a matéria completa anunciava, na primeira página:

Pequena História de uma Grande Revolução

*No dia da mentira começou uma Revolução de Verdade
Está terminada a Revolução que alijou do Poder o Sr. João Goulart. O Exército
mais uma vez saiu dos quartéis para mudar o destino da Nação. Queira Deus que
seus propósitos não sejam desvirtuados pela ambição dos políticos que se julgam
vencedores e pela vingança contra os vencidos.*

As idéias do anticomunismo e da defesa da ordem, para se evitar uma suposta revolução que vinha das esquerdas e do governo Goulart foram as bandeiras para

legitimar o golpe militar de 64. Transformaram Goulart num monstro vermelho, desgastando sua imagem pública que serviu para justificar a intervenção dos militares na tomada do poder em 64.

Passada a euforia inicial, a imprensa acordou e passou a condenar as ações perpetradas pelo governo militar. As arbitrariedades cometidas passaram a ser sistematicamente denunciado nos jornais, entre eles em *O Progresso*. A revolta de Weimar Torres com os desdobramentos do golpe foi externada em vários artigos, entre eles *Finada Revolução e Brasil, acorda!* ambos publicados em outubro de 64. Da mesma forma apaixonada com que defendeu o que pensava ser serem forças revolucionárias, Torres condenou veementemente as prisões, cassações cometidas em nome da revolução, principalmente após a cassação de Juscelino Kubitscheck. Em outubro de 64 a imprensa ainda podia se manifestar.

Referências:

- ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p 33.
- CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 64: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.